



Democracia e Diálogo

2004





Um dos grandes desafios do Governo é a reformulação da relação entre o Estado brasileiro e a sociedade, conferindo plena efetividade aos princípios que conformam o moderno Estado democrático de direito. O Governo está empenhado em valorizar as instituições democráticas e, no espírito da Constituição Federal, estimular o exercício da democracia participativa, afirmando os valores republicanos e federalistas. Pretende-se assim, promover a consolidação dos novos espaços públicos de diálogo entre o Estado e sociedade e reestabelecer o equilíbrio do pacto federativo.

A superação desse desafio passa por dois caminhos, que começaram a ser trilhados pelo governo. Por um lado, a adoção de uma gestão pública participativa foi incorporada como um elemento-chave de nossa forma de governar. Assim, houve uma ação deliberada de constituição de novas esferas públicas democráticas, voltadas à co-gestão pública, à partilha de poder público, à articulação entre democracia representativa e democracia participativa. Por outro, passa também por uma repactuação entre o governo federal, os estados federados e os municípios.

Concertação social e repactuação federativa constituem duas premissas essenciais ao projeto de reformulação da relação entre o Estado brasileiro e a sociedade.

É por essa razão que foram redefinidas as atribuições da Secretaria-Geral da Presidência da República, que passou a ser o órgão responsável pela coordenação do diálogo político do Governo com a sociedade civil; que foi constituído o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) e organizados os fóruns regionais de concertação; que foi realizado o debate público do Plano Plurianual; que foram criados importantes espaços democráticos de discussão das políticas públicas, como os congressos setoriais ou temáticos, e que foram retomados e fortalecidos os canais de interlocução com os estados e municípios e com as entidades e movimentos da sociedade brasileira.

NOVO PACTO FEDERATIVO

As reuniões nacionais e regionais dos governadores com o Presidente e seus Ministros, a participação do Presidente e seu governo na VI Marcha dos Prefeitos, no congresso da Associação Brasileira de Municípios e no Encontro Nacional da Frente Nacional dos Prefeitos, sinalizaram com vigor e credibilidade a busca de uma repactuação federativa, capaz de associar o conjunto da Federação brasileira à agenda estratégica do governo.



Interlocução com os municípios

A relação com os municípios teve como referência básica as demandas apresentadas ao governo federal durante a VI Marcha de Prefeitos a Brasília, ocorrida entre 11 e 13 de março de 2003. Naquele momento, foi assinado o “Protocolo de Cooperação Federativa”, instrumento que formalizou uma agenda conjunta de trabalho que será viabilizada pelo Comitê de Articulação Federativa.

A constituição desse comitê, em 9 de abril de 2003, e sua legitimação como espaço de negociação e pactuação entre o governo federal e os municípios pode ser definido como o principal e mais positivo saldo do trabalho do governo na sua interlocução com os municípios, reconhecendo a importância e o papel desse ente federado como nunca antes ocorreu na história do País.

A partir do Comitê de Articulação Federativa desenvolveram-se as seguintes atividades:

- Construção de consensos em torno da proposta de Reforma Tributária, com incorporação de demandas dos municípios anteriormente ao envio do projeto ao Congresso Nacional e durante sua tramitação. Dentre elas, a progressividade do Imposto sobre Transferência de Bens Inter-Vivos (ITBI) e a retirada do texto constitucional dos critérios para transferência da cota-parte dos municípios no ICMS. Os municípios também ganharão com o fim da renúncia fiscal na base do ICMS, uma vez que 25% desses recursos pertencem a eles. Ao longo do debate, os municípios conquistaram ainda: participação na Cide, regulamentação da cobrança pelos serviços de limpeza, aumento do FPM (via proibição de compensação das contribuições não cumulativas no IPI), participação no Fundo de Compensação das Exportações, os recursos do ITR.
- Instalação dos Grupos de Trabalho de Modernização Administrativa, Previdência Pública e Transporte Público.
- Formatação de proposta para atuação dos municípios na área de segurança pública.
- Pactuação em torno da unificação dos programas de transferência de renda dos diferentes entes federados com o Programa Bolsa Família.
- Negociação e apoio à aprovação e à sanção do Projeto de Lei Complementar do ISS, que amplia e fortalece a principal base tributária própria dos municípios.



- Apoio à aprovação e sanção do projeto da chamada Lei do Transporte Escolar.
- Aprovação da Lei do Salário-Educação, que define de forma clara que os recursos referentes ao salário-educação serão repassados aos estados e municípios, segundo o número de alunos matriculados no ensino fundamental.
- Aprovação pela Câmara dos Deputados de projeto que permite aos municípios ter acesso aos recursos tributários depositados judicialmente.
- Discussão da regulamentação dos artigos da Constituição da República, que permite as formas públicas de consorciamento federativo; a revisão das formas de gestão das regiões metropolitanas; os critérios para criação, fusão e incorporação de municípios; os modelos de gestão e regulação do saneamento, dentre outros.

Interlocução com os estados

Tendo em vista a importância da pactuação com os estados, o Presidente da República discutiu a proposta das Reformas da Previdência e Tributária diretamente com os 27 governadores, com os quais realizou diversas reuniões ao longo do ano.

Outra demonstração eloqüente dessa nova relação política federativa é a pactuação em curso para unificação dos programas de transferência de renda em torno do Programa Bolsa Família, por meio da qual o conjunto dos municípios, estados e a União começaram a construir uma política nacional de promoção da inclusão social.

Outra iniciativa importante foi a de construção de um novo canal de diálogo entre os estados e o Governo Federal, por intermédio das Representações de Governos de Estados em Brasília.

Além disso, o Governo Federal tem valorizado os fóruns de articulação dos secretários estaduais, nos quais vem discutindo os temas de interesse comum entre os estados e o governo federal. Esse movimento foi especialmente importante no caso da agricultura, saúde, planejamento, transportes e ciência e tecnologia, entre outros.

RELAÇÃO COM A SOCIEDADE CIVIL

O governo brasileiro tem se empenhado em promover a democratização da administração pública federal. A interlocução com todos os segmentos da sociedade civil pautou a atuação do



governo e traduz o novo método de fazer política, que tem no diálogo a forma de equacionar democraticamente os conflitos e de construir patamares superiores de consenso social.

A nova cultura de participação permeia a política e a ação de todos os órgãos da administração pública federal. A Secretaria-Geral da Presidência da República assumiu o papel de órgão coordenador do diálogo político com a sociedade brasileira, apoiando as iniciativas dos ministérios no sentido de promover o debate regular e sistemático com as principais entidades do País.

O próprio Presidente da República participou diretamente do diálogo social: recebeu ou visitou as principais entidades nacionais de representação dos mais diversos segmentos da sociedade, das entidades empresariais às centrais sindicais, dos movimentos sociais às organizações de trabalhadores rurais, das ONGs às fundações, das igrejas às universidades, intelectuais e estudantes. A visita à Conferência da CNBB, os encontros com as centrais sindicais, as reuniões com a Contag e o MST, as audiências com a Andifes e com a UNE, as reuniões com a ABONG e outras entidades, são exemplos desse compromisso com o diálogo. O Presidente também manteve encontros com entidades e movimentos sociais nas 67 viagens que realizou no território nacional, bem como nas viagens internacionais, quando participou de atividades com entidades e personalidades dos países visitados, como as organizadas pela Secretaria-Geral da Presidência da República em Portugal, Espanha e África do Sul.

Foi essa também a postura do governo, por meio dos seus mais diversos ministérios, em relação aos movimentos do campo, que se expressaram publicamente por meio do “Grito da Terra”, da “Marcha das Margaridas” e das mobilizações do Fórum em Defesa da Reforma Agrária. O primeiro ano do governo permitiu que, por meio do diálogo e da negociação com a Contag, o MST e todos os movimentos de trabalhadores rurais, fosse possível criar o Plano Safra de Agricultura Familiar e o novo Plano Nacional de Reforma Agrária, que constituem importantes avanços no sentido da sustentabilidade e modernização da pequena propriedade, da justiça social e da paz no campo.

Os anteprojetos das reformas Previdenciária e Tributária foram debatidas pelo Presidente e ministros em uma encontro com o movimento sindical em São Paulo, da qual participaram os principais dirigentes em âmbito nacional de todas as centrais sindicais.

O novo estatuto e marco legal de relacionamento entre o Estado e as associações civis vem sendo debatido diretamente com a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG), com a Gifes e outras tantas organizações sociais.



O governo mantém uma interlocução permanente com as igrejas e promove encontros regulares com a intelectualidade, dialogando com as mais diversas percepções e visões presentes na sociedade brasileira.

Como expressão da orientação democrática do governo, foi criado o Fórum Governamental de Participação Social, com o objetivo maior de incentivar a consolidação de uma cultura democrática na administração pública federal. O Fórum, coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência, reúne regularmente os assessores responsáveis em cada ministério pelo diálogo e articulação com as entidades da sociedade civil. Pretende dinamizar os conselhos participativos existentes, avaliar os novos instrumentos que estão sendo criados e propor outras formas de aperfeiçoamento da participação democrática da sociedade na formulação das políticas públicas e no acompanhamento das ações governamentais.

A Secretaria-Geral, ao longo do primeiro ano de governo, já realizou 871 encontros, reuniões ou atividades com entidades e personalidades da sociedade civil. Essa disposição ao diálogo social, que se verifica também por parte dos mais diversos ministérios e órgãos federais, expressa o compromisso do governo com a construção de um novo padrão de relacionamento, bem como a energia e vitalidade políticas da sociedade brasileira, que cada vez mais assume a condição de sujeito ativo da transformação do Brasil numa das mais dinâmicas democracias do mundo.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

A implementação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), instância de interatividade entre o governo e os atores das áreas econômicas, categorias sociais e institucionais, é uma iniciativa pioneira de grande significado nacional. Seu papel é intensificar a participação social no Estado e promover a negociação em torno de prioridades e diretrizes das políticas do setor público, em prol do desenvolvimento econômico e social do Brasil.

No âmbito do CDES, foram discutidas em profundidade as propostas das reformas Previdenciária, Tributária e Trabalhista. Essas discussões incorporaram elementos importantes à proposta final dos dois primeiros temas enviados ao Congresso Nacional.

O espaço privilegiado do CDES tem sido cenário de importantes debates relativos à temática do desenvolvimento. Para tanto, foram criados grupos para organizar o Plano Plurianual, as parcerias público-privadas; a política industrial; a retomada do crescimento e as estratégias para as pequenas e microempresas, a autogestão e a informalidade. Mais recentemente foi



constituído o grupo de acompanhamento da conjuntura econômica, que propicia o enlace entre o conselho e a equipe do governo.

Em complemento a esse processo, as conferências e os diálogos de concertação constituem uma ferramenta adicional na busca de soluções e encaminhamentos consensuais sobre temas regionais. Foram realizadas dez experiências: quatro na região Nordeste; três na região Sul; duas na região Sudeste e uma na região Norte, mobilizando cerca de 8.500 lideranças em todo o País. Foram discutidos assuntos variados. Em Fortaleza (CE), debateu-se desenvolvimento local e inclusão social; em Salvador, inclusão em gênero e raça; em Recife, prevenção da violência urbana; e em Teresina, ética e transparência na aplicação de recursos públicos.

Para dar suporte ao trabalho desenvolvido, foi criado o programa nacional de apoio à concertação, que conta com a participação do Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Unesco, Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e Organização Internacional do Trabalho (OIT). O CDES passou a integrar a diretoria da Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais e similares. Foram firmados convênios com os conselhos da França, Itália, Espanha, Portugal e da União Européia. Em dezembro de 2003, foi realizada, no Brasil, a Conferência Internacional Caminhos para o Novo Contrato Social, reunindo as principais experiências mundiais nessa área.

Entre as realizações para 2004, prevê-se:

- Um encontro nacional, em julho, como cumprimento da etapa inicial do processo de concertação em desenvolvimento, de modo a congregar os esforços de Sedes e de seus parceiros. Será a oportunidade de reunir os principais atores e movimentos envolvidos com a discussão do desenvolvimento econômico e social, a fim de avaliar o processo em curso e validar enunciados, diretrizes ou cláusulas que fundamentem a proposta de um novo contrato social. ; - Reuniões do Conselho, quer em composição plenária, quer em grupos temáticos, para formular propostas sobre os temas atinentes a reformas e outras iniciativas agendadas pelo Presidente da República. Participação de Conselheiros do CDES, suplentes, convidados especiais e membros de entidades da sociedade civil no exame e debates de cláusulas que fundamentam um novo contrato social;
- Capacitação do poder público e da sociedade organizada para que estejam preparados a efetuar o processo de concertação nacional que viabilizará a constituição de um novo contrato social. Tal iniciativa se dará através de seminários, conferências regionais e fóruns



de diálogo, criados com o objetivo de atender às demandas em torno de agendas regionais ou nacionais;

PLANO PLURIANUAL PARTICIPATIVO

Para promover o desenvolvimento sustentável do País era necessário que o Estado recuperasse a capacidade de planejamento estratégico com outra qualidade, projetando o futuro do Brasil de forma democrática, com participação da sociedade civil. Com esse objetivo, o governo criou o PPA Participativo – processo de debate público em torno das diretrizes do Plano Plurianual para o quadriênio 2004-2007. Foram realizados fóruns do PPA nos 26 estados e no Distrito Federal, com a participação de 2.170 entidades e organizações de caráter nacional, regional ou temático, representando os mais diversos segmentos da sociedade brasileira.

Os fóruns regionais foram viabilizados em cada Capital, numa parceria com a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG) e a Inter-Redes.

Pela primeira vez na história do planejamento público brasileiro representantes das entidades empresariais do setor industrial, comércio e serviços, centrais sindicais de trabalhadores, entidades do setor de agronegócios, organizações de trabalhadores rurais, movimentos sociais em geral, igrejas, universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica, organizações não-governamentais, personalidades e especialistas puderam participar ativamente do debate sobre o Plano e apresentar suas demandas e propostas para o desenvolvimento do País.

O balanço qualitativo da participação social no PPA revela a efetividade do debate realizado. Foram incorporadas à mensagem presidencial do projeto de lei do PPA 6 novos desafios aos 24 originais. Destes, 21 tiveram a redação alterada; 16 novas diretrizes gerais foram incorporadas às 18 originais, que também receberam nove alterações; e 88 novas diretrizes específicas foram agregadas às 218 originais, que sofreram oito mudanças de redação.

A partir de 2004, o governo, o Congresso Nacional e a sociedade deverão acompanhar a execução do Plano e promover revisões anuais, para adequá-lo à nova dinâmica de crescimento sustentado do País.

Esse processo de aperfeiçoamento permanente deverá ser instalado no primeiro semestre de 2004, reeditando os mecanismos de participação adotados para a elaboração do projeto original. Serão reinstalados os fóruns estaduais de participação, para os quais convidaremos mais uma



vez as entidades empresariais e de trabalhadores, igrejas, ONGs, movimentos sociais, universidades, centros de pesquisa e outros setores sociais.

O governo também pretende estimular debates prévios aos fóruns, preparatórios às revisões anuais do PPA, e incentivar a auto-organização dos encontros regionais, com funcionamento autônomo e regular, para o acompanhamento permanente do Plano Plurianual.

Os instrumentos para tanto já estão sendo constituídos, com o cadastramento das entidades da sociedade civil participantes, elaboração de boletins informativos regulares e criação de uma rede pública com acesso universal, de diálogo e articulação das entidades e cidadãos entre si, e destes com o governo, em torno do Plano Plurianual, diretrizes do desenvolvimento e políticas governamentais.

CONFERÊNCIAS NACIONAIS, CONSELHOS TEMÁTICOS E FÓRUNS

Uma tarefa levada adiante por todo o governo, com grande afinco, foi a criação de esferas públicas democráticas, a retomada e o fortalecimento daquelas existentes, tornando-as *locus* privilegiados de discussão das políticas públicas.

Reflexo da importância dessa ação de cunho transversal, no interior do governo, é a criação do Fórum Governamental de Participação Social, com o objetivo maior de incentivar a consolidação dessa nova cultura democrática na administração pública federal. O fórum, que reúne regularmente os assessores responsáveis em cada ministério pelo diálogo e articulação com as entidades da sociedade civil, tem como metas dinamizar os conselhos participativos existentes, avaliar os novos instrumentos que estão sendo criados e propor outras formas de aperfeiçoamento da participação democrática da sociedade na formulação das políticas públicas e no acompanhamento da ação governamental.

Entre as esferas públicas criadas, destacam-se:

- Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), com representantes da sociedade civil e do Estado, é um instrumento de articulação para propor as diretrizes para as políticas e ações na área da alimentação e nutrição para que o País garanta o direito humano à alimentação. Além da recriação do Consea Nacional, está se estimulando a formação de conselhos estaduais e municipais de segurança alimentar. Já foram instalados, até outubro, 20 Conseas estaduais e 66 municipais.



- Fórum Nacional do Trabalho (FNT), responsável pelo diálogo nacional essencial em torno da reforma sindical e trabalhista. É composto por representações dos atores do mundo do trabalho e o desafio é promover a construção de consensos, pela via da negociação.
- Conselho das Cidades, que deverá ser brevemente regulamentado, será composto por 70 representantes de todas as categorias envolvidas com a questão urbana: movimentos sociais, empresários, concessionários privados, entidades sindicais de trabalhadores, ONGs, entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa, operadores e concessionários públicos, poder público federal, estadual e municipal.
- Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca – A composição do conselho foi aprovada por unanimidade na 1ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca. Seu caráter é consultivo, servindo como uma instância de articulação institucional entre governo e sociedade na busca de melhores soluções para as questões relativas aos setores aquícola e pesqueiro.
- Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção, já regulamentado, será o foro privilegiado para o debate das sugestões relativas aos meios e estratégias de combate à corrupção e à impunidade, bem como a busca de crescente transparência para todos os atos da administração pública.
- Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial já regulamentado, será instância de estabelecimento de diretrizes e de acompanhamento do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial.
- A Comissão Coordenadora do Programa Nacional de Florestas (CONAFLO) foi concebida para a participação da sociedade na formulação e gestão do Plano Nacional de Florestas.
- Conselhos de Previdência Social, como unidades descentralizadas do Conselho Nacional de Previdência Social, com funcionamento junto às superintendências ou gerências-executivas do INSS.
- Câmaras setoriais. No âmbito da agricultura foram criadas 10, para apoiar a formulação de políticas sobre culturas de inverno; carne bovina; açúcar e álcool; milho, sorgo, aves e



suínos; vitivinicultura; hortaliças; eqüideocultura; leite; negociações agrícolas internacionais; e ciências agrárias.

- Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE) foi criada para acompanhar o cumprimento das ações constantes do Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo.
- Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, responsável por elaborar o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.
- O Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca, cuja competência é acompanhar, formular e promover a articulação institucional das ações da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP). O estímulo à criação dos Conselhos Estaduais de Aquicultura e Pesca visa dar capilaridade às diretrizes formuladas pelo Conselho Nacional.

Foram reativados o Conselho do Agronegócio, o Conselho Nacional de Política Agrícola e o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT), sendo que este último estava desativado há dois anos. O CCT, além disso, teve a sua composição ampliada para incorporar representantes de entidades de caráter nacional representativas dos setores de ensino, pesquisa, ciência e tecnologia.

Também foi reestruturado, em outubro de 2003, o Conselho Superior do Cinema, que tem por finalidade a formulação e a implementação de políticas públicas para o desenvolvimento da indústria cinematográfica nacional. O Conselho, que será reinstalado brevemente, teve sua composição ampliada para 19 membros, incluindo seis representantes dos diversos setores da indústria cinematográfica e videofonográfica nacional e três representantes da sociedade civil.

O ano de 2003 foi marcado também pela realização das conferências nacionais, espaços democráticos que envolvem gestores, usuários e prestadores de serviços em torno de uma agenda estratégica comum.

A I Conferência Nacional das Cidades, que contou com a participação de cerca de 3 mil pessoas, das quais 2.510 eram delegados eleitos em Conferências Estaduais, representando 3.457 municípios e segmentos da sociedade organizada, aprovou os princípios e as diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. Na mesma ocasião foi proposta a composição do Conselho das Cidades.



A I Conferência Nacional de Meio Ambiente e a I Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente envolveram diretamente, em sua preparação, mais de 80 mil pessoas no segmento adulto e cerca de 6 milhões de pessoas em 15 mil escolas, na seção Infanto-Juvenil nas Pré-Conferências. A tarefa dos 900 delegados foi debater as diretrizes da política ambiental brasileira. Trata-se de iniciativa pioneira em mais de 30 anos desde a criação do primeiro órgão ambiental no âmbito federal.

A I Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca foi realizada em Luziânia (GO), com a participação de cerca de 1 mil delegados dos 27 estados brasileiros e cerca de 300 convidados. O plenário da Conferência aprovou o Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Sustentado para o setor e a composição do Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca.

A V Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, foi realizada em Brasília, tendo como tema central Pacto Pela Paz – Uma construção possível. Participaram 780 delegados de todo o Brasil, inclusive adolescentes, representando entidades governamentais e não-governamentais, que trabalham direta ou indiretamente com os direitos infanto-juvenis. Além dos delegados, compareceram 480 convidados de todo o País, como representantes dos ministérios, do Judiciário, promotorias da infância e adolescência, defensorias públicas, unidades de internação de adolescentes em conflito com a lei, entre outros.

A IV Conferência Nacional de Assistência Social, convocada em caráter extraordinário, foi realizada em Brasília, tendo como tema central Assistência Social como política de inclusão: uma nova agenda para a cidadania – 10 anos de Loas. Participaram 1.202 delegados e 300 convidados de todo o Brasil, representantes dos usuários ou de organizações de usuários, das entidades e organizações de assistência social, dos trabalhadores do setor e de entidades governamentais e não-governamentais que trabalham com o tema.

Realização, antecipada, da 12ª Conferência Nacional de Saúde – convocada por decreto do Presidente da República –, que reuniu mais de três mil participantes, dos quais cerca de 2.600 como delegados, a grande maioria eleita nas Conferências Municipais e Estaduais. Nessas etapas, que precederam a Conferência Nacional, participaram aproximadamente 300 mil pessoas, pelo menos a metade formada por usuários. O tema central das discussões foi “A saúde que temos – o SUS que queremos”, cujas diretrizes propostas orientarão a política de saúde do País.

A Conferência Nacional de Saúde se constitui em foro privilegiado de debates abertos a todos os segmentos da sociedade e teve por finalidade analisar os avanços e retrocessos do Sistema Único



de Saúde (SUS), à luz do texto constitucional e das propostas oriundas do Movimento da Reforma Sanitária, no decorrer de seus 15 anos de existência. Participaram 3.500 delegados e 1 mil convidados de todo o Brasil, representantes dos gestores, prestadores de serviços de saúde, trabalhadores de saúde e usuários.

A realização da IX Conferência Nacional de Direitos Humanos é uma das prioridades da SEDH para 2004. A conferência ocorrerá entre os dias 16 e 18 de junho e tem como macroobjetivos: implementação do Sistema Nacional de Direitos Humanos (SNDH); renovação do compromisso da sociedade com a execução do SNDH; a identificação dos principais desafios à sua implementação; proposição de prioridades para a própria atuação da SEDH; avaliação dos programas em andamento e legislações vigentes; e a revisão do programa nacional de Direitos Humanos. O Sistema Nacional de Direitos Humanos pretende articular os órgãos, mecanismos e instrumentos voltados para a proteção integral dos direitos de todos os brasileiros.